

As ciências sociais e a cidade

FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença (Org.). *Plural de cidades: novos léxicos urbanos*.
Coimbra: Edições Almedina, 2009.

Brasilmar Ferreira Nunes

Doutor em Sociologia (Université de Picardie)

Professor da Universidade Federal Fluminense

bnunes.uff@gmail.com

OS ESTUDOS URBANOS NO BRASIL, na sua vertente das ciências sociais (sociologia, antropologia e ciência política) já contam com um acervo significativo de trabalhos acadêmicos. Além das dissertações de mestrado e das teses de doutorado oriundas de nossos programas de pós-graduação, há ainda uma gama de títulos cobrindo temas distintos, constituindo um acervo respeitável de conhecimento sobre nossa realidade citadina. A Anpocs, quando organizou a série Horizontes das Ciências Sociais no Brasil, em seu volume sobre sociologia tem um dos capítulos dedicado ao espaço urbano no Brasil,¹ apontando para a importância do tema.

O fenômeno de crescimento das cidades reflete a transferência de populações do campo para a cidade e só se explica se levarmos em conta que as causas de tais transferências são, sobretudo, de natureza macro-sociais. Isso faz com que muitas vezes só compreendamos as razões pelas quais determinada aglomeração aumenta sua população se analisarmos a dinâmica socioeconômica das áreas de origem das correntes migratórias. Por outro lado, a cidade, pela sua dinâmica de crescimento, torna-se internamente um cenário propício para entendimento dos processos sociais em curso, razão pela qual os cientistas sociais urbanos, particularmente os fundadores da chamada Escola de Chicago – Park à frente – argumentavam a favor da conveniência de se fazer da cidade o laboratório de análise, por excelência, da natureza e dos vínculos sociais.

Uma das características peculiares da temática urbana é a de permitir a interface com diferentes disciplinas científicas (história, geografia, economia, entre outras) numa constante troca de referências, gerando um campo de trabalho peculiar dentro da nossa área. Entre as disciplinas que se debruçam sobre a cidade há uma permanente disputa pela hegemonia no tratamento da questão urbana, hegemonia esta que se mede em termos de reconhecimento, prestígio, poder e recursos institucionais e materiais de pesquisa. Tais disciplinas estabelecem os princípios que regulam as relações sociais em tela, e os pesquisadores vão escolhendo os termos com os quais são definidos os seus estudos. Há, em vários momentos, assimetrias entre os campos científicos que se ocupam da questão urbana, em razão da própria história de cada um e da sua capacidade de impor a legitimidade de seus paradigmas.

De qualquer maneira, o recorte espacial/urbano é presente nas ciências sociais, se não bastasse o fato de que hoje somos uma sociedade majoritariamente urbana, ou seja, nas cidades é onde as interações sociais se complexificam e onde os processos de mudança social têm seu locus privilegiado. Não seria exagero então argumentar que o fenômeno

1. Ver: Freshe e Leite, 2010.

urbano é a síntese da sociedade, a tal ponto que hoje podemos considerar que, em sendo o planeta substancialmente urbano, os estudos sociológicos rurais seriam inseridos nos chamados “estudos das minórias”. A cidade, seja como resultado de um processo de urbanização, seja como lugar dos processos sociais, dos seus equilíbrios e tensões, é cenário pertinente para entender a sociedade. Vejamos as características do fenômeno em grandes linhas:

De um lado, o interesse dos cientistas sociais explica-se pelo fato de que, a partir da Revolução Industrial, restrita num primeiro momento ao território europeu, a urbanização, como processo, se amplia por diferentes áreas do globo, fortalecendo-se à medida que se ampliava e se fortalecia a predominância das relações industriais/salariais e diversificavam as trocas mercantis. Sua dimensão é de tal amplitude que esse modelo de ocupação do território se descola da presença direta do estabelecimento industrial e se transforma em padrão universal, para além mesmo da generalização do trabalho assalariado. Assim, regiões em etapas ainda prévias do modelo capitalista industrial também vivenciam processos de urbanização, descolando paulatinamente o fenômeno de uma relação direta e mecânica entre indústria e cidade. Essas múltiplas fontes das transferências territoriais populacionais geram aglomerados urbanos distintos, seja na capacidade de crescimento, seja, sobretudo, nas modalidades de uso e ocupação do solo, isto é, sua dimensão intraurbana.

De outro lado, além da industrialização, a consolidação de processos, tais como assalariamento, revolução tecnológica, terceirização, dentre outros, gera, via hegemonia do mercado, intensos processos de mudança social sobre os quais as ciências sociais se debruçam. As modalidades de inserção na lógica sistêmica se diversificam, transformando as aglomerações urbanas em lugares com elevada heterogeneidade social. Resumidamente, podemos considerar que seriam três as questões que orientam os estudos sociológicos: “o que muda”, “por que muda” e “como muda” nos processos sociais, particularmente nos elos que indivíduos e grupos criam para a vida em sociedade. Entre a dinâmica macrossocial de mudança e os fenômenos que ocorrem no interior das cidades, teríamos um amplo leque de temáticas que podem ser inseridas no quadro geral dos “estudos sociológicos urbanos”: as transformações em curso são intensas e os avanços teóricos nas ciências sociais se dão principalmente a partir de estudos sobre fenômenos direta ou indiretamente urbanos, tais como marginalidade, desvios, delinquência, informalidade, exclusão social, migrações, todos lidos como expressão de novas modalidades culturais de vínculos sociais.

Voltaremos a esse aspecto mais à frente, porém cabe destacar que os estudos urbanos, em linhas ge-

rais, podem ser subdivididos em dois grandes eixos: o surgimento da cidade como resultado de processos macrossociais, que podem ser considerados inseridos nas análises sobre o “processo de urbanização”, e os estudos sobre fenômenos que se passam dentro das aglomerações e que são importantes para decodificar a sua lógica intrínseca. Em outras palavras, estudos que priorizam “a cidade” e estudos que se ocupam do que se passa “na cidade”.

A edição da coletânea *Plural de Cidades: Novos Léxicos Urbanos* deve ser analisada à luz dessas questões gerais. A obra é bastante variada nos seus vinte artigos, além da Apresentação. As duas primeiras seções da obra – *A arte de fazer a cidade* e *Artes de usar a cidade* – apresentam textos que poderiam ser classificados como dirigidos à dimensão intraurbana. A terceira seção – *Artes de consumir a cidade* – aborda com mais ênfase o processo de urbanização, ou seja, a dimensão interurbana, em que as cidades passam a ser analisadas como um fenômeno complexo, diferenciado na sua unicidade. Os autores – pertencentes aos quadros de universidades brasileiras e portuguesas, alguns deles referências consolidadas nos estudos urbanos em seus respectivos países –, ao discutirem fenômenos que ocorrem “na cidade” e “a cidade” permitem uma leitura abrangente de fenômenos que estariam em curso no interior da cidade, chamando atenção para processos espaciais com intensa repercussão na cultura, esta entendida no seu sentido mais geral.

A riqueza dos títulos ressalta a complexidade da questão urbana quando analisada à luz das ciências sociais. Assim é que as representações sociais que estão agregadas no espaço urbano têm discussões absolutamente pertinentes quando o patrimônio cultural, o enobrecimento urbano, a requalificação urbana e a urbanidade são tematizados, tendo a aglomeração como foco e lugar onde processos estão em curso. São territórios diversos que, no conjunto, reforçam a clássica definição de sociologia urbana elaborada por Wirth (1974) no seu clássico artigo *O urbanismo como modo de vida*. A cidade é um fenômeno permanente, denso e heterogêneo, que determina modos de vida peculiares, aquilo que o autor denomina “modo de vida urbano”. Ao mesmo tempo, as segregações urbanas, a sonoridade ou os espaços vazios na cidade, os usos da rua, adquirem pertinência em diferentes artigos e, sobretudo, na reflexão sobre espaço público nos textos de Lopes (*Políticas Culturais Urbanas*) e Leite (*Espaços Públicos na Pós-Modernidade*).

A leitura atenta dos diferentes textos aponta para um fio comum que é esse conceito de espaço público, implícita ou explicitamente presente na maioria deles. Lopes, ao elaborar uma síntese compacta da noção de espaço público, vai ajustá-lo à de “espaço público urbano” como o domínio por excelência da ação coletiva, numa lógica de entendimento e concertação

de interesses e lógicas divergentes e contraditórias. Considera ainda que “cultura e poder, na concepção das ciências sociais, são dois pilares de organização das sociedades e dos processos que nelas ocorrem, dois ingredientes básicos do relacionamento humano, duas dimensões de todas as relações sociais” (p. 172). O que está em questão aqui são as políticas urbanas como políticas culturais, a partir de uma discussão do próprio conceito de espaço público.

Leite, por outro lado, em texto denso, problematiza sociologicamente a noção de espaço público na teoria social contemporânea. Percebe-se que estamos diante de um debate que seduz autores de diferentes correntes e em momentos distintos, que poderiam ser inseridos, em termos gerais, nos chamados *cultural studies*, e que se apresentam no contexto da obra aqui resenhada como o pano de fundo no qual se situaria o debate teórico por excelência da questão urbana hoje. Na essência, estaríamos diante de uma reavaliação do sujeito universal, em vez da decretação de sua morte, assumindo o reposicionamento desse sujeito em face da complexidade dos processos contemporâneos formadores de identidades. Um sujeito fragmentado, que na vida urbana contemporânea estabelece uma relação quase direta com a chamada condição pós-moderna, que estabelece subjetividades flutuantes, alheias a pontos fixos de referência. Falemos de desterritorialização, de fragmentação do sujeito, porém, “a despeito dessas assimetrias cada vez mais diferentes cidades de escalas variadas vão-se interligando pelo que Castells (1999) chamou de espaço de fluxos da sociedade em rede” (p. 193). A importância de novas escalas espaciais – o espaço virtual – anula parte do estranhamento que caracterizava o *flâneur* de Benjamin (1997) ou o individualista *blasé* de Simmel (1974) que agora transitam por hotéis de uma mesma rede internacional, com o mesmo padrão decorativo, numa típica formação daquilo que Marc Augé (1994) denominou “não-lugar”.

O que é interessante destacar a partir dos diferentes textos, embora estejamos refletindo implicitamente sobre a relação espaço/sociedade, é a dimensão simbólica dessa relação, ou seja, a maneira pela qual o espaço construído e a aglomeração de pessoas produzem a imagem do indivíduo e da sociedade, de tal maneira que, em vez de ser o “lugar” onde os processos sociais ocorrem, a cidade participa efetivamente da conformação das modalidades interacionais. Em outras palavras, saímos das “relações de produção”, tão cara aos economistas, para a “produção de relações”,

específica das ciências sociais. É aí que a aglomeração e a densidade atuam efetivamente na determinação das modalidades possíveis de interação social.

Esse recorte, diluído ao longo dos artigos nas duas primeiras seções, tem a qualidade de evidenciar a riqueza das possibilidades analíticas que o fenômeno oferece às ciências sociais e que irá se concretizar na Seção III, *Artes de Consumir a Cidade*. Aqui, “a cidade” é lida por meio de recortes específicos – guias turísticos, patrimônio, ambiente, migrações, consumo cultural – confirmando essa imagem de caleidoscópio que caracteriza a realidade socioespacial urbana, reforçando ainda mais a sociedade como uma categoria da prática, que tem na escala da cidade uma dimensão essencial.

Plural de Cidades é, assim, uma obra que merece ser apreciada tanto pela qualidade intelectual dos textos quanto pela sua pertinência para aprofundar questões sobre a cidade contemporânea. Merece elogios a contraposição de autores brasileiros e portugueses tratando do mesmo objeto, o que termina por evidenciar a universalidade da questão urbana e suas possíveis abordagens na teoria social. A sua leitura nos deixa com a mente repleta de sensações, mais do que de números, confirmando a natureza cultural das aglomerações atuais. De qualquer maneira, estamos diante de um fenômeno universal; independentemente das condições objetivas, materiais que possam distinguir as diferentes aglomerações humanas de um ou outro continente, o fato é que as cidades exercem um fascínio inquestionável sobre as pessoas, que para viver nelas se submetem muitas vezes a condições precárias de existência.

Talvez seja esse fascínio que deva ser explicado. Como alerta Fortuna, temos de ficar atentos aos espaços “marginais” das cidades ao risco de tomarmos numa “arrogante discursividade” (p. 93) que reconhece e legitima apenas o poder das cidades vencedoras, ou que destaque os modernos espaços de sucesso como centros comerciais, aeroportos ou parques temáticos. Em contraste a estas, as cidades que pouco se modernizam, que não atraem os exuberantes relatos dispensados aos seus pares e que acabam excluídas do novo e hegemônico “paradigma” dos estudos urbanos. A América Latina e o Brasil são plenos desses exemplos de espaços heterogêneos de cidades. A assertiva de Frugoli, segundo a qual “não existe contexto urbano dado *a priori*, apenas aquele construído por análises e interpretações” (p. 53), fica comprovada na coletânea, que passa a ser referência aos estudiosos da questão.

Referências

FRESHE, Fraya; LEITE, Rogério Proença. O espaço urbano no Brasil. In: *Horizontes das ciências sociais no Brasil: sociologia*. São Paulo: Anpocs, 2010.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (v. 1).

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: FORTUNA, Carlos (org.). *Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia*. Oeiras: Celta, 1997.

SIMMEL, Georg: A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Octavio (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WIRTH, Louis. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Octavio (org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Edit., 1974.

Data de recebimento da resenha: 09/10/12

Data de aprovação da resenha: 24/10/12